

## **“POR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA”: A IMPRENSA FEMINISTA NOS ANOS DE CHUMBO – NÓS MULHERES (1976-1978)**

### **“FOR A FAIREST SOCIETY”: THE FEMINIST PRESS IN THE YEARS OF LEAD – NÓS MULHERES (1976-1978)**

**Bruno Corrêa de Sá e Benevides<sup>1</sup>  
Paula Pâmela Rodrigues Santos<sup>2</sup>**

**Resumo:** Esta pesquisa tem como proposta analisar a história do jornal *Nós Mulheres* (1976-1978), um periódico alternativo feito por mulheres no período pós-1975, e que está diretamente relacionado ao movimento feminista brasileiro. A hipótese que orienta este trabalho é que as militantes pretendiam criar, por meio da veiculação de notícias entre as suas leitoras, uma experiência conscientizadora capaz de direcioná-las para um processo de emancipação social.

**Palavras-chave:** *Nós Mulheres*; movimento feminista; ditadura civil-militar.

**Abstract:** This research aims to analyse the history of the newspaper *Nós Mulheres* (1976-1978), an alternative periodicals made by women in the post-1975 period, that be directly related to the Brazilian feminist movement. The hypothesis that guides this work is that these activists intended to create, through the dissemination of news among their readers, a conscientizing experience capable of directing them to a process of social emancipation.

**Keywords:** *Nós Mulheres*; feminist movement; civil-military dictatorship.

#### **Apresentação**

Essa pesquisa busca resgatar a história do jornal *Nós Mulheres*, uma das primeiras experiências de periódico alternativo destinado a leitores do gênero feminino e feito por mulheres no período pós-1975. O surgimento desse periódico, assim como os seus princípios, está diretamente relacionado ao contexto histórico do Brasil e ao movimento feminista nacional.

Cabe ressaltar, que durante os anos do governo militar, surgiu no país um tipo de imprensa denominada democrática ou alternativa. Tais jornais possuíam formato tabloide, com tiragem regular e circulação restrita, possuindo venda mais significativa entre a militância. Deste modo, tratava-se de uma imprensa à esquerda “e de oposição ao regime, artesanal e comercializada, prioritariamente, (...) através da venda por militantes dos movimentos populares”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UNIRIO). Bolsista CAPES. E-mail: brunoebenevides@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em História (licenciatura) pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). E-mail: paulinharodrigues.vp@gmail.com.

<sup>3</sup> LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/agosto, 2003, p. 234.

O jornal *Nós Mulheres* foi publicado pela Associação de Mulheres e contou com oito edições, publicadas entre os anos de 1976 a 1978 em São Paulo, período que será, inclusive, utilizado como balizas temporais desta pesquisa.

O *Nós Mulheres*, por estar vinculado a uma associação, demonstra a sua ação como instrumento de divulgação de “coletivos de mulheres organizadas e (...) davam coberturas a assuntos não vinculados pela imprensa oficial”, sob forte censura política, “refletindo o pensamento político da militância feminista”<sup>4</sup>.

O jornal contou com a presença majoritária de feministas pertencentes à esquerda, na qual muitas possuíam experiência de resistência clandestina, de tortura, prisão ou exílio. Grande parte dessas mulheres agrupadas em torno do periódico eram oriundas do “coletivo de mulheres exiladas” (Círculo de Mulheres de Paris<sup>5</sup>), grupo este que estabeleceu frequente contato com a direção do periódico. O *Nós Mulheres* foi formado, portanto, por militantes exiladas, que retornaram ao Brasil em 1976 (antes da anistia) decididas a editar um periódico de oposição ao regime militar, e que propagasse a luta social das mulheres.

Assim, esse tabloide surgiu no período denominado pós-luta armada, momento em que se iniciou o processo de enfraquecimento do Estado ditatorial implantado em 1964, já com matizes de certo abrandamento da censura à imprensa<sup>6</sup>. Esse período ficou conhecido como sendo o momento de distensão política, porém ainda sobre forte presença dos instrumentos de exceção sob o comando do presidente Geisel (1974-1979).

Ante ao exposto, esta pesquisa, portanto, buscou compreender a atuação das feministas reunidas em torno do jornal *Nós Mulheres* na luta de emancipação e no processo de conscientização da mulher. A hipótese que orienta este estudo é que as militantes responsáveis pelo periódico buscavam criar, por meio da veiculação de notícias conscientizadoras, uma “experiência de classe” entre as leitoras, objetivando de forma mais ampla a resistência contra o regime militar, e de maneira mais específica a emancipação feminina em um mundo com predominância de valores sociais masculinos.

Neste sentido, utilizamos a definição de classe estabelecida por E. P. Thompson, em seu livro *A formação da classe operária inglesa* (volume 1) (1987), em que, diferentemente da concepção econômica dada por Marx, classe:

---

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 235.

<sup>5</sup> “Grupo de mulheres brasileiras, exiladas e/ou que estudavam em Paris na época, que formaram um coletivo de discussão sobre o feminismo” (*Ibidem*, p. 236).

<sup>6</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 243-282.

(...) acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem dos seus.<sup>7</sup>

Ainda segundo Thompson, a consciência de classe é a forma como essas experiências partilhadas são tratadas em termos culturais<sup>8</sup>. Deste modo, ao incluir a cultura como elemento definidor de classe, tal perspectiva permite ao historiador dar voz aos sujeitos históricos antes esquecidos pela concepção marxista. Assim, tais percepções possibilitam o surgimento de estudos sobre a atuação de novos atores históricos como: camponeses, anarquistas, negros, mulheres e finalmente homossexuais, ou seja, aquilo que Michelle Perrot (1988) chamou de os “excluídos da história”.

Com base neste artifício teórico, é que foi feita a leitura das feministas responsáveis pela edição do jornal *Nós Mulheres*, que se organizaram em prol da formação de uma “experiência de classe” entre editoras e leitoras (em outras palavras: as mulheres organizadas no Brasil na década de 1970 em busca de seu processo de emancipação).

O *Nós Mulheres* foi um dos primeiros jornais organizados por mulheres feministas no Brasil publicado durante o período de distensão do regime militar instaurado em 1964. Deste modo, o periódico se notabilizou como um canal de participação da mulher na resistência à ditadura e na luta pela emancipação feminina, certamente um dado pouco conhecido e raramente estudado<sup>9</sup>.

Por outro lado, esse estudo permitiu realizar uma reflexão para o presente, na medida em que este processo de luta pela emancipação da mulher no país não é algo tão recente quanto se possa imaginar. Mas, na verdade, tais experiências de resistência organizada pelo gênero feminino vêm marcando presença desde o final da segunda metade do século XIX<sup>10</sup> (talvez até antes), objetivando o engajamento “por uma sociedade mais justa” como sugere o título deste trabalho, que foi uma frase extraída de um dos artigos do *Nós Mulheres*<sup>11</sup>.

---

<sup>7</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

<sup>8</sup> *Idem*.

<sup>9</sup> Ver: LEITE, *op.cit.*; WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. *Espaço Plural*, Paraná, v. 10, n. 21, p. 43-55, jul./dez. 2009 e SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, jan./jun. 2003.

<sup>10</sup> Justiça seja feita à memória de inúmeras mulheres que se organizaram ao longo da primeira República, sobretudo àquelas pertencentes ao proletariado, e que foram responsáveis pela organização de inúmeros grupos e associações de apoio e assistência às trabalhadoras. Grande parte de tais grupos, inclusive, era atravessado pelo viés anarquista, movimento predominante no Brasil durante este período.

<sup>11</sup> *Nós Mulheres*, n. 1, jun. 1976, p. 1.

## O Brasil na segunda metade da década de 1970

As militantes organizadas em torno do jornal *Nós Mulheres* pretendiam, acima de tudo, criar um canal aberto para a participação das mulheres brasileiras contra o regime militar instaurado em 1964, e também para defender e propagar o feminismo.

Este governo de base ditatorial imposto em 1964 deu-se com a tomada do poder pelos militares, numa bem-sucedida estratégia que envolveu o empresariado nacional e transnacional, o governo americano e “setores das Forças Armadas originários da Escola Superior de Guerra, que coordenava as iniciativas dos conspiradores civis e militares”<sup>12</sup>.

No arranjo montado pelos militares, os partidos políticos formados por civis eram meros coadjuvantes, além de estarem divididos entre o partido do governo (Aliança Renovadora Nacional – ARENA) e a oposição consentida (Movimento Democrático Brasileiro – MDB)<sup>13</sup>. Deste modo, as Forças Armadas, ao exercer a função de “poder dirigente-hegemônico”, obstavam a participação da classe civil nas decisões políticas de interesse nacional<sup>14</sup>.

A *grosso modo*, segundo a historiografia, o regime militar pode ser dividido em três fases: a primeira tem início com o golpe em abril de 1964 e vai até a publicação do Ato Institucional n.º 5 em 1968 (AI-5); um segundo momento compreenderia o período que vai do AI-5 até a sua revogação durante o governo Geisel (1974–1979) como consequência da política de *distensão* estabelecida ainda neste mandato presidencial; e finalmente uma terceira fase que se inicia durante a era Geisel (com o “projeto de liberalização”) prosseguindo ao longo da presidência de João Figueiredo, momento em que ocorreria uma reversão do regime com o abrandamento da censura e o reajuste das áreas de segurança nacional<sup>1516</sup>.

De todo modo, para esta pesquisa vamos focar na terceira fase (1974-1984), justamente aquela em que ocorreu o enfraquecimento do aparelho repressor estatal e permitiu

---

<sup>12</sup> BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano, O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 20.

<sup>13</sup> Estudos recentes sobre ambos os partidos vêm demonstrando que tais instituições, apesar de criadas artificialmente, conseguiram construir um canal de comunicação popular ao longo dos anos de sua existência (Ver: KINZO, Maria Dalva Gil. *Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997 e GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2009).

<sup>14</sup> BORGES, *op. cit.*, p. 21-22.

<sup>15</sup> São consideradas áreas estratégicas os setores como Educação, Saúde e Comunicações; ou áreas geográficas como a região Amazônica, regiões de fronteira, áreas com recursos hidrominerais, grandes centros urbanos e industriais e cidades portuárias (ver: BORGES, *op. cit.*).

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 22.

o surgimento de alguns canais de participação política de caráter popular, como foi o caso do periódico *Nós Mulheres*. Mas antes, cabe realizar uma breve discussão sobre quais foram os fatores que contribuíram para esse processo de abertura.

Na verdade, este período (dos anos 1970 até a década de 1980) foi marcado, em toda América Latina, por um intenso movimento de redemocratização com o declínio das ditaduras militares, que dominaram a política neste continente, em especial em países como Paraguai, Argentina, Bolívia, Chile, Peru, Uruguai, Brasil, entre outros<sup>17</sup>.

No caso brasileiro, segundo Francisco Teixeira, os principais atores em cena no processo de abertura foram: a pressão externa, sobretudo em razão da nova política implantada pelo governo norte-americano no mandato do presidente Jimmy Carter<sup>18</sup>; a conjuntura da economia mundial (a crise do petróleo e a crise do *welfare state*); o projeto de *distensão* do poder militar, encetado na estratégia Geisel-Golbery; e finalmente a ação autônoma da oposição em diversos setores da sociedade brasileira<sup>19</sup>.

Este processo de abertura do regime, todavia, deveria acontecer sob a tutela dos militares, e possuir um caráter limitado e lento (“lento, gradual e seguro”, nas palavras do próprio presidente Geisel), apesar do crescente descontentamento popular com o governo castrense tanto na esfera econômica (com o fracasso do “milagre econômico brasileiro”), quanto nos aspectos social e político representados pela censura, pela falta de participação da sociedade nos assuntos do Estado, nas cassações de políticos, no desaparecimento e no exílio de opositores ligados ou não às esquerdas<sup>20</sup>.

Além disso, o período de *distensão* foi marcado pelo fortalecimento da oposição nas eleições de 1974 conseguindo eleger um número expressivo de deputados e senadores e pelo impasse que eclodiu em abril de 1977, após uma série de desentendimentos entre o MDB e os projetos do governo, fazendo com que este último rejeitasse as alterações na Constituição desejadas pelos emedebistas, fato que acarretou o fechamento do Congresso Nacional por Geisel e a edição de algumas medidas que alteravam a ordem constitucional, o que ficou conhecido como o “Pacote de Abril”<sup>21,22</sup>. Pelo lado positivo, o momento foi caracterizado pela

---

<sup>17</sup> SILVA, *op. cit.*, p. 246.

<sup>18</sup> Para Francisco Teixeira, as ditaduras militares no continente americano seriam fortemente abaladas quando da mudança da política externa americana, na era pós-Guerra do Vietnã, “em direção a uma estratégia global capaz de recuperar a hegemonia Norte-americana por outros meios que não o simples *putsch militar*. O impacto da derrota no Vietnã após anos de divisão da sociedade americana e de perda prestígio mundial, ao lado do drama de *Watergate*, impunham um impasse *turning-point* da política externa dos EUA” (*Ibidem*, p. 250).

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 247.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 267.

<sup>21</sup> O “Pacote de Abril” foi o conjunto de legislações (quatorze Emendas à Constituição, três decretos e seis decretos-leis) que, além de outras medidas, determinou a criação da eleição indireta para 1/3 dos senadores, logo denominados pejorativamente de “biônicos”, criou eleições indiretas para governador, estendeu às eleições

suspensão da censura direta à imprensa (em 1975), muito embora nas revistas, no rádio e na TV ainda permanecesse. Entretanto, cabe frisar que, apesar dessa “nova liberdade de expressão” concedida, o governo Geisel deixou clara a sua intenção de não dispensar os instrumentos de exceção quando fossem necessários para manter a ordem e a estabilidade<sup>23</sup>.

A insatisfação da sociedade com a crise financeira e econômica crescia ao mesmo tempo em que o enfraquecimento da censura possibilitava o surgimento da “imprensa nanica”<sup>24</sup>, que denunciava o endividamento do país e o autoritarismo do Estado<sup>25</sup>. Deste modo, foi nesse contexto de crise política e abertura parcial, da mesma forma, que emergiram diversos movimentos sociais – de trabalhadores, estudantes, grupos de esquerda, organizações de mulheres, entre outros – que irão reivindicar a democracia e defender os interesses coletivos específicos a cada um desses grupos, e que tenderam a se distanciar da luta armada (guerrilha) e da velha política tradicional (eleitoral)<sup>26</sup>.

Neste sentido, as mulheres contrárias ao regime militar e defensoras do feminismo, a partir da segunda metade da década de 1970, vão se organizar em grupos específicos e passam a criar jornais com o intuito de serem porta-vozes de suas ideias e teorias, e ao mesmo tempo visam estabelecer contato com as suas leitoras. Esse foi o caso, por exemplo, do jornal *Nós Mulheres*, objeto de estudo deste trabalho. Porém, antes de falarmos em detalhe sobre este jornal, cabe fazer um breve panorama histórico do feminismo no Brasil durante a década de 1970.

### **Feminismo no Brasil: um breve balanço histórico na década de 1970**

Os estudos sobre a história das mulheres no Brasil apontam para um ressurgimento do feminismo no país na década de 1970 e que este processo histórico estaria presente até os dias atuais. De acordo com Joana Maria Pedro, esta narrativa foi resultado de “disputas de poder entre diversos grupos feministas”, envolvidos na luta contra a ditadura militar. Esse campo de disputa, ainda segundo a autora, envolveu um embate teórico entre

---

estaduais e federais da Lei Falcão, que restringia a propaganda eleitoral no rádio e na televisão e fora criada para garantir a vitória governista nas eleições municipais de 1976, alterou *quorum* - de 2/3 para maioria simples - para a votação de emendas constitucionais pelo Congresso e ampliou o mandato presidencial de cinco para seis anos. Ver: D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO Celso (orgs.). Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 411.

<sup>22</sup> SILVA, *op. cit.*, p. 267.

<sup>23</sup> LEITE, *op. cit.*, p. 236.

<sup>24</sup> Nome dado a um grupo de periódicos de oposição tais como *O Pasquim*, *Politika*, *Versus*, *Movimento*, *Opinião*, *Nós Mulheres*, *Brasil Mulher*, entre outros.

<sup>25</sup> SILVA, *op. cit.*, p. 269.

<sup>26</sup> WOITOWICZ e PEDRO, *op. cit.*, p. 44.

aquelas que defendiam “as ‘lutas gerais e lutas específicas’, de um lado, e entre ‘verdadeiramente feministas e não-feministas’, de outro”<sup>27</sup>.

A este feminismo renascido na década de 1970 foi denominado como sendo de “segunda onda”<sup>28</sup>, e que contou, sobretudo, com a participação majoritária de mulheres que retornaram do exílio em razão da perseguição política instaurada com o regime militar<sup>29</sup>. De todo modo, cabe ressaltar que, de acordo com a historiografia sobre o feminismo, esse movimento não teve sua origem a partir dos anos 1970, mas foi resultado de experiências anteriores. Esta posição, inclusive, foi defendida pelas editoras do *Nós Mulheres*, ao mencionarem que esta memória foi abafada e perdida dos registros da História oficial:

O feminismo no Brasil não é como querem muitos, uma coisa de agora influenciada por ‘forças obscuras’, estranhas a nossa realidade. A memória feminista se perdeu como tantas outras em nosso país. Porém cabe a nós restituí-la<sup>30</sup>.

Uma das versões sobre a origem do feminismo de segunda onda no Brasil menciona, que este momento, foi marcado por uma série de conquistas relacionadas à participação das mulheres no meio social e ao comprometimento com as reivindicações e causas feministas<sup>31</sup>. Tal versão ressalta ainda, que em razão da ONU<sup>32</sup> (Organização das Nações Unidas) ter definido 1975 como o “Ano Internacional da Mulher”, e como marco de início da “Década da Mulher”, provocou no país o ressurgimento do movimento feminista de maneira “organizada”. Esta influência teria contribuído para a realização de uma reunião, ocorrida em julho do mesmo ano na ABI (Associação Brasileira de Imprensa), no Rio de Janeiro, e resultando na formação do CMB (Centro da Mulher Brasileira). Como consequência, deu-se o surgimento de outras organizações feministas em diversas capitais<sup>33</sup>.

---

<sup>27</sup> PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006, p. 250.

<sup>28</sup> “Entre as fases do feminismo, considera-se a primeira onda (marcada pela conquista de direitos políticos) e a segunda onda (em que as lutas se voltam à conquista de direitos civis e culturais). Esta última ganha força nos anos 1970, com diversas organizações de mulheres e lutas que envolvem o direito ao corpo. Esta é a classificação usada por Joana Maria Pedro e outras pesquisadoras” (*Ibidem*, p. 269).

<sup>29</sup> WOITOWICZ e PEDRO, *op. cit.*, p. 44.

<sup>30</sup> *Nós Mulheres*, n. 3, nov/dez, 1976, p. 7, “História do feminismo no Brasil”.

<sup>31</sup> WOITOWICZ e PEDRO, *op. cit.*, p. 45.

<sup>32</sup> Para Joana Maria Pedro a iniciativa da ONU não pode ser vista como o marco refundador do feminismo no plano internacional, mas como sendo um resultado do que estava acontecendo desde os anos 60 e, principalmente, “no início dos anos 70, em diversos países da Europa e nos Estados Unidos, onde as manifestações feministas enchiam as ruas das cidades reivindicando direitos — entre estes, o de livre disposição do corpo” (PEDRO, *op. cit.*, p. 257).

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 250.

As análises sobre o tema convergem no sentido de que, embora influenciado pelas experiências europeias e norte-americana, o início do movimento brasileiro na década 1970 foi significativamente marcado pela contestação ao regime implantado pelo golpe militar de 1964. Além disso, grande parte das organizações feministas estava influenciada pelo marxismo<sup>34</sup> e intensamente comprometida com a oposição à ditadura, “o que imprimiu ao movimento características próprias”<sup>35</sup>.

Esse feminismo brasileiro de segunda onda (1960-70) foi dividido em dois momentos. O primeiro foi caracterizado pela presença das mulheres na luta armada contra o regime militar durante o final da década de 1960 e início dos anos setenta. Nessa ocasião, as militantes não possuíam ainda uma proposta feminista, e “comportavam-se como homens” ao pegar em armas, tendo êxito nessa empreitada, fazendo com que o movimento assumisse matizes de “um instrumento *sui generis* de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente”<sup>36</sup>.

Já o segundo momento possuiu maior penetração entre as camadas médias, alcançando as bases populares em suas organizações de bairro, “constituindo-se em um movimento interclasses”. Cabe também mencionar o contato que manteve com setores da Igreja Católica, especificamente com os grupos femininos ligados às esquerdas a partir da Teologia da Libertação. Apesar de algumas divergências<sup>37</sup>, tais vertentes mantiveram-se coesas na luta contra o regime autoritário<sup>38</sup>. O feminismo e as questões daí decorrentes somente ganharam espaço em razão da consolidação “do processo de ‘abertura’ política no país em fins da década de 1970”. Foi neste contexto que grande parte dos grupos declarou-se abertamente “feminista e abriu-se espaço tanto para a reivindicação no plano das políticas públicas”, quanto para as questões relativas de interesses das mulheres<sup>39</sup>.

Neste sentido, esse processo de adesão aberta ao feminismo foi claramente demonstrado em um artigo publicado no jornal *Nós Mulheres* na edição de junho de 1978, no

---

<sup>34</sup> O CMB — Centro da Mulher Brasileira — passaria a ter um perfil cada vez mais marcadamente marxista. Anette Goldberg fala da existência de três principais tendências dentro do CMB — o feminismo liberal, o radical e o marxista ortodoxo. De acordo com ela, as ações iniciais do CMB foram mais de caráter liberal; entretanto, a partir de 1977 tornou-se mais e mais marxista. Entretanto, os depoimentos, desde o início, dão mais destaque ao perfil marxista: Maria do Espírito Santo diz que as mulheres do CMB do Rio de Janeiro eram, hegemonicamente, do PCB — Partido Comunista Brasileiro. Nas palavras dela, “quase todas do Partidão” (PEDRO, *op. cit.*, p. 262).

<sup>35</sup> SARTI, *op. cit.*, p. 36.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>37</sup> Temas como: o aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões, causavam grandes divergências entre os grupos femininos e, em razão do caráter progressista que possuíam em um contexto conservador no Brasil, geravam críticas às feministas.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 40.

qual, destoando um pouco da grande influência de uma percepção marxista, defendeu-se que as questões da emancipação da mulher (feminismo) deveria ser uma das principais bandeiras de luta, e não apenas as necessidades econômicas:

Uma coisa parece clara e a História é quem se carrega de nos mostrar: a transformação das estruturas econômicas e sociais não é suficiente para libertação de homens e mulheres. Se ela é, sem dúvida, a condição necessária de qualquer revolução ela, por si só, não garante a transformação de todos os níveis da existência humana. (...) Alguns dirão que para aqueles que sentem fome e frio, a questão econômica é única premente. Concordamos. No entanto, isso não invalida o argumento de que a batalha deve ser travada em todos os campos. Seria negar o grande desafio que nos é colocado: a transformação da sociedade envolve mudanças profundas no pensamento, na arte, nas relações afetivas sexuais entre homens e mulheres. O feminismo aparece dentro dessa nova concepção de política<sup>40</sup>.

Não bastassem as disputas com outras<sup>41</sup> organizações sociais durante a década de 1970, o feminismo deste período ainda foi alvo de embates internos, isto é, dentro do próprio movimento, fato que rachava as militantes em duas tendências. Uma primeira, que tendeu a se organizar politicamente e buscou uma atuação pública das mulheres, mantendo-se centrada sobretudo nas questões relativas ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos (foi o caso por exemplo das ativistas reunidas em torno do periódico *Nós Mulheres*). E uma segunda vertente, manifestando-se principalmente através de grupos de estudos e de reflexão, preocupando-se principalmente “com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado”, em outras palavras não assumindo uma certa apreensão com problemas sociais que diretamente atingiam os interesses femininos<sup>42</sup>.

### **O jornal *Nós Mulheres***

Após ter falado brevemente sobre o desenvolvimento do chamado feminismo de segunda onda (1970) no Brasil e que serviu de pano de fundo para a formação do jornal *Nós Mulheres*, cabe agora tratarmos sobre este periódico ressaltando a sua origem, as

---

<sup>40</sup> *Nós Mulheres*, n. 8, jun/jul, 1978, p. 01.

<sup>41</sup> Diante desse quadro, o feminismo foi se expandindo nesse conturbado contexto geral de mobilizações possuidoras de demandas diferenciadas. Como bem salientou Cynthia Sarti, durante os anos iniciais, ser feminista assumiu uma conotação pejorativa, sobrevivendo “sob fogo cruzado”. Se para as direitas o movimento representava um imoralidade e perigo, para as esquerdas significou um “reformismo burguês”, e para o grosso da população, “independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina” (SARTI, *op. cit.*, p. 40).

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 41.

principais mulheres envolvidas na sua formação, a linha editorial, e outras informações pertinentes.

Ao longo do regime militar, surgiu uma espécie de imprensa denominada democrática, alternativa ou imprensa nanica. Tais veículos de imprensa, muitas vezes com tiragem irregular e circulação restrita, possuíam certa simpatia com os ideais de esquerda e de oposição ao regime. Uma de suas principais características era a produção de caráter artesanal e a comercialização feita, prioritariamente, através da venda por militantes dos movimentos populares<sup>43</sup>.

Diante disso, os jornais alternativos *O Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* surgiram, como já devidamente mencionado, em um contexto de maior efervescência política e de abrandamento da censura (isto é, durante o processo de abertura política). Para Maria Paula Araújo, esses periódicos feministas foram inovadores não apenas na linguagem, com reivindicações e propostas, mas também na maneira de divulgar uma visão de mundo e uma nova concepção de política<sup>44</sup>, como por exemplo conceder importância à assuntos do cotidiano, às questões domésticas, o amor e sexo, entre outros, valorizando as experiências individuais.

#### *A origem do Nós Mulheres*

O CMB (Centro de Mulheres Brasileiras) formado em 1975 era composto hegemonicamente por mulheres próximas às interpretações marxistas de caráter ortodoxas, que militavam no Partido Comunista do Brasil (PcdoB), e eram oriundas da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Basicamente, defendiam uma visão materialista e dialética da sociedade pautada na luta de classe, e o processo revolucionário por meio de um partido único e centralizador. Em outras palavras, acreditavam que os diversos movimentos sociais deveriam, antes de tudo, resolver os conflitos de classe e as insuficiências materiais para só posteriormente pleitearem as demandas específicas de cada grupo<sup>45</sup>. Tais mulheres, inclusive, constituirão o núcleo duro do jornal *Brasil Mulher*.

Paralelamente a este grupo, algumas militantes resolveram reunir-se fora do CMB. Estas tenderam a se afastar do marxismo em sua ortodoxia, e passam a defender

---

<sup>43</sup> LEITE, *op. cit.*, p. 234.

<sup>44</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000, p. 160 *apud* LEITE, *op. cit.*, p. 235.

<sup>45</sup> LEITE, *op. cit.*, p. 235-236.

abertamente o feminismo relacionando-o com as chamadas “especificidades” voltadas para os interesses das mulheres — como aborto, sexualidade —, e ao mesmo tempo se colocam como engajadas na luta pela democracia. Para Joana Maria Pedro, esse esforço sem dúvida consistia em uma resposta ao grupo hegemônico do CMB, que “as acusava de “pequeno-burguesas e divisionistas”. Assim, afirmavam que as colegas do CMB eram “antidemocráticas, colocando-se como partidárias de organizações menos autoritárias”<sup>46</sup>.

Esta contraposição ideológica acarretou uma ruptura entre as feministas estabelecidas no Rio de Janeiro, irradiando-se até São Paulo. Nesta cidade, em torno da Associação de Mulheres<sup>47</sup>, a partir de junho de 1976, surgiu um novo jornal denominado *Nós Mulheres*, passando a ser editado por cerca de vinte editoras<sup>48</sup>, e mantendo-se afastado do CMB<sup>49</sup>.

O *Nós mulheres*, no entanto, posicionou-se como defensora do feminismo, como deixou claro em seu primeiro editorial datado de junho de 1976, ao afirmar que “*Nós Mulheres* somos oprimidas porque somos mulheres”, e “achamos que *Nós Mulheres* devemos lutar pra que possamos nos preparar tanto quanto os homens, para enfrentar a vida”. Ademais, defendeu demandas exclusivamente de interesses da mulher, mantendo em evidência que não pretendiam que os homens trabalhassem por e para elas, mas que assumissem as responsabilidades conjuntamente e de maneira igualitária, evitando, assim, supostas divisões de trabalho em razão do sexo:

(...) Queremos portanto, boa creche e escola para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares, para que possamos juntos com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa que moramos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras (...). Mas não é só que Nós Mulheres queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalho dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E por isso não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres pela sua emancipação (...). Nós Mulheres decidimos fazer este jornal para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas.<sup>50</sup>

---

<sup>46</sup> PEDRO, *op. cit.*, p. 267.

<sup>47</sup> *Nós Mulheres*, n. 1, junho, 1976, p. 2, “Editorial”.

<sup>48</sup> Em sua composição, contava com a participação de mulheres recentemente vindas do exterior (ex-exiladas), muitas pertencentes ao Círculo de Mulheres de Paris, ligadas à vertente Debate, dissidência política que surge no exílio agrupando ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária — VPR, da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares — VAR-Palmares e do Partido Comunista Brasileiro — PCB, e também mulheres autônomas (PEDRO, *op. cit.*, p. 267-268).

<sup>49</sup> LEITE, *op. cit.*, p. 235.

<sup>50</sup> *Nós Mulheres*, n. 1, junho, 1976, p. 2, “Editorial”.

Porém, por tais posicionamentos, as feministas do *Nós Mulheres* acabavam sendo acusadas pelas marxistas ortodoxas de “dividir a luta dos trabalhadores”, de ser uma luta burguesa, porque somente a burguesia é que se interessava na “luta da mulher”. Indagavam, ainda: “de que maneira a mulher vai se libertar se é o capitalismo que oprime?”. E era preciso primeiro lutar pelo fim da ditadura, “para depois buscar os direitos da mulher”<sup>51</sup>.

### *Algumas informações sobre o jornal*

Após a leitura exaustiva de todas as edições do jornal *Nós Mulheres*, foi possível reunir algumas informações sobre este veículo de imprensa alternativa, e que optamos disponibilizá-las por meio da tabela abaixo para facilitar a compreensão:

| <i>Descrições do Jornal – Nós Mulheres</i> |   |
|--|---|
| <i>Número de edições</i>                   | ▪ 8 edições;  |
| <i>Período em que circulou</i>             | ▪ Primeira edição publicada em junho de 1976 e a última entre os meses de junho e julho de 1978 (periodicidade incerta).  |
| <i>Valor de venda de cada edição</i>       | ▪ Vendida por CR\$ 5,00 (atualizado <sup>52</sup> aproximadamente R\$ 7,58).  |
| <i>Layout das edições</i>                  | ▪ Com aproximadamente 20 páginas em formato revista (tabloide). Todas as edições possuem uma capa com uma figura feita manualmente, tendo a ver com a manchete principal.   |
| <i>Design gráfico</i>                      | ▪ No interior do jornal, também é possível ver outros desenhos (figuras e até quadrinhos). Na maior parte das vezes feitos por mulheres, porém essas imagens também contavam com a colaboração de pessoas externas ao jornal, às vezes homens, como exemplo o chargista Chico Caruso <sup>53</sup> .  |
| <i>Colaboradores externos</i>              | ▪ O volume 2 teve como colaboração financeira a cantora Elis Regina <sup>54</sup> .   |
| <i>Sede da redação</i>                     | ▪ A administração/redação do jornal tinha como sede o Estado de São Paulo, porém não era fixa. Inicialmente começou na Capital paulistana. O jornal vivia financeiramente da venda de cada edição e também da ajuda de voluntários.   |
| <i>Relação com o público leitor</i>        | ▪ Em todos os jornais existia uma seção com cartas dos leitores (analisar essas missivas merecia um trabalho à parte pela riqueza dos relatos). Contudo, podemos destacar que o periódico recebia correspondência de várias partes do país. CE, RJ, RS, MA, SP, BA – regiões fora capital. Demonstrando que o jornal possuiu grande circulação. |
| <i>Tiragem</i>                             | ▪ O jornal não mostrava a tiragem, porém, pelas correspondências, é possível perceber uma ampla penetração em diversas cidades do país e dos mais variados segmentos sociais.   |
| <i>Seções internas</i>                     | ▪ O jornal manteve colunas fixas sempre contendo um editorial e uma quadro na primeira página, onde relacionava o conselho editorial, colaboradores, jornalista responsável e a colaboração financeira.   |

<sup>51</sup> PEDRO, *op. cit.*, p. 268.

<sup>52</sup> Informação monetária disponível em <http://calculoexato.com.br/result.aspx?codMenu=FinanAtualizaIndice&cce=001>. Consultado em: 25 outubro de 2017.

<sup>53</sup> *Nós Mulheres*, n. 4, mar/abr, 1977, p. 02.

<sup>54</sup> *Nós Mulheres*, n. 2, set/out, 1976, p. 02.

|                                    |   |
|------------------------------------|---|
|                                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Uma outra seção bastante interessante é a “Daqui e Dali” que trazia informações sobre a atuação de grupos femininos no Brasil e no plano Internacional.</li> <li>▪ O jornal também mantinha uma coluna específica sobre direitos trabalhistas das mulheres (na relação do trabalho) nome da coluna “trabalho, trabalho, trabalho”.</li> <li>▪ A coluna ‘Nós Mulheres’ a cada edição tem como tema uma profissão diferente. Exemplo bancárias, operárias, etc.</li> </ul> |
| <i>Variações ao longo do tempo</i> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Com o passar do tempo o jornal foi diversificando o seu formato, porém nunca deixando de lado suas principais reivindicações como: creche, planejamento familiar, etc.</li> </ul>  |

Fonte de todas as informações: *Nós Mulheres*, n.ºs 1-8, 1976-78.

### **“Por uma sociedade mais justa”: uma imprensa feminista nos anos de chumbo**

A análise dos textos produzidos pelas feministas agrupadas em torno jornal *Nós Mulheres* permitiu compreender como se desenvolveu o processo de conscientização da mulher ao longo da década de 1970, sob o auge do regime militar. Acreditamos que esta proposta somente foi possível na medida em que as editoras buscavam compor, junto a suas leitoras, uma “experiência de classe”, cujos objetivos foram a resistência contra o regime militar, e de maneira mais específica a emancipação feminina em um mundo com predominância de valores sociais masculinos.

A compreensão de classe como sendo o compartilhamento de bens culturais comuns por indivíduos de um mesmo grupo social<sup>55</sup>, permite identificar sujeitos históricos que durante muito tempo estiveram à margem dos interesses dos historiadores, justamente porque eram considerados como incapazes de interferir no “curso da história”. Deste modo, às mulheres organizadas, como por exemplo em uma associação feminista, ainda que distante de uma relação de produção industrial, foi possível entendê-las como inseridas em uma organização classista com condições de oferecer resistência contra os valores alicerçados pelas instituições sociais, como bem salientou Michelle Perrot ao afirmar que

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistências – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre o seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.<sup>56</sup>

<sup>55</sup> Ver: THOMPSON, *op. cit.*

<sup>56</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos das histórias*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 209.

Essa lição, portanto, vale exatamente para o caso das feministas brasileiras do *Nós Mulheres*, que além de propor resistência, pretendiam instituir uma luta autônoma. Neste sentido, Emir Sader<sup>57</sup> afirma que o movimento social e o movimento popular e operário nas décadas de 1960-70 surgem com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida, articulado ao novo sindicalismo, que se pretendia independente do Estado e dos partidos políticos. É, também, com a defesa da autonomia que surgem os jornais feministas. De qualquer forma, vamos acompanhar de perto como se depreendeu essa luta por uma “sociedade mais justa” feita pelas militantes reunidas no periódico objeto desta pesquisa.

### *O Nós Mulheres na luta de resistência contra a ditadura*

A crítica a ditadura civil-militar foi assunto constante nos textos das feministas do *Nós Mulheres*. Neste sentido, um dos temas mais visitados pelas colunistas foi a democracia. Em artigo publicado entre os meses de março e abril de 1977, busca-se esclarecer às leitoras que o sistema bipartidário criado pelos militares, na verdade, distanciava-se em muito de um real sistema democrático. Pois, de acordo com o jornal, este modelo de base popular necessita “que toda a população participe e intervenha na organização da sociedade em que vive”, sendo imprescindível “garantir-lhe o direito de manifestar o seu pensamento” e “(...) ter assegurado sua liberdade de organizar-se em grupo”<sup>58</sup>.

Além disso, outros fatores que ainda “acabam prejudicando a participação popular na eleição”, fazendo com que não seja realmente democrática é o “fato de só existirem dois partidos, ambos criados pelo governo”, e os instrumentos implementados “através do AI-2, reforçado pelo AI-5, pelo Decreto-Lei n.º 447, pela Lei de Segurança Nacional” e pela Lei Falcão, que propositadamente obstavam a relação político-eleitores<sup>59</sup>.

A preocupação com a democracia era tão latente que constantemente as editoras preocupavam-se em definir esse sistema, na tentativa de instruir pedagogicamente as suas leitoras sobre a importância do tema, e que a luta das mulheres em sua defesa é fundamental. Por outro lado, o conceito defendido não se restringia apenas ao direito de votar e ser votado, mas um exercício constante de cidadania, ou seja, a participação do povo nos assuntos da nação e do Estado:

---

<sup>57</sup> Ver: SADER, Emir. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970–1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>58</sup> *Nós Mulheres*, n. 4, mar/abr, 1977, p. 04, “Nacional”.

<sup>59</sup> *Nós Mulheres*, n. 2, set/out, 1976, p. 03, “Eleições Municipais”.

(...) Desse modo, para a luta das mulheres, é de fundamental importância a questão da democracia. O que é democracia? Os dicionários conceituam democracia como “o governo em que o povo exerce a soberania”

(...)

A democracia moderna estabeleceu que todos os homens são iguais diante da lei. Entretanto, ainda hoje permanecem discriminações.

(...)

Por isso, quando se fala em democracia, é preciso saber quem é considerado “povo”, quais as pessoas que dentro de um país desfrutam de plenos poderes políticos e como exercem estes direitos. É disso que depende a soberania popular.

Quanto maior for a parcela da população com efetivas condições de participar da vida política de um país, mais representativo será o governo. Porém, o voto é apenas um momento da vida democrática. Para que a população possa intervir e participar da organização da sociedade em que vive, é preciso garantir também, que as diferentes correntes políticas existentes no seio da população possam exprimir-se de forma a serem assegurados, tanto os direitos da maioria, quanto os direitos da minoria.<sup>60</sup>

A impossibilidade do exercício de cidadania no país despertava interesse entre as colunistas, pois os militares resolviam os “problemas econômicos e políticos do País com a continuação do autoritarismo”, e a maioria da população ficava “fora da vida política nacional”, onde os trabalhadores permaneceram “proibidos de ter sindicatos representativos, de fazer greves para defender seus direitos” e “os estudantes continuarão sendo presos e expulsos da universidade”. Concluindo: “a Nação continuará sem palavras”<sup>61</sup>.

Para o *Nós Mulheres*, o comportamento antidemocrático não era unicamente inerente aos militares, mas também tido como efeito que permeou entre parcela da sociedade civil. Um exemplo disso foi um artigo em que as militantes lembravam sobre a famosa “Marcha da família com Deus”, movimento este realizado em São Paulo por mulheres defensoras de valores conservadores e ligadas à Igreja Católica. Esta manifestação teria ocorrido em resposta ao “Comício do dia 13 março”, realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, contando com a presença de inúmeras pessoas:

E em 1964, ao mesmo tempo em que as mulheres realmente democratas não estavam organizadas (...), as forças conservadoras conseguem mobilizar uma parcela considerável da população feminina ‘em defesa de Deus’ e ‘contra subversão’.

(...)

---

<sup>60</sup> *Nós Mulheres*, n. 3, nov/dez, 1976, p. 2., “Editorial”.

<sup>61</sup> *Nós Mulheres*, n. 6, ago/set, 1977, p. 4 e 5, “Sem Palavras”.

As mulheres das classes dominantes tinham motivos para se organizarem, pois temiam o movimento de massas e as reformas, a grande maioria foi manipulada e enganada<sup>62</sup>.

Interessante ressaltar, que para a editora desta coluna, até as mulheres estiveram envolvidas na defesa da intervenção militar, isso ao apoiarem e participarem da “Marcha da Família com Deus”. Entretanto, na ótica da articulista, tais mulheres estariam sendo manipuladas pelas organizadoras do movimento. Quer dizer, a simpatia pelo golpe não era encarada pelas feministas como uma livre adesão, mas sim uma falta de consciência e desinformação política. Em que pese este posicionamento, cabe mencionar que, estudos recentes, vem demonstrando que grande parte da sociedade foi conscientemente favorável ao movimento de 1964<sup>63</sup>.

Ainda no interior da luta contra a ditadura, a Anistia aos opositores do regime e aos exilados também foi tema presente nas páginas do *Nós Mulheres*. Por vezes, o periódico abraçou campanhas em favor desse movimento e recebeu em seus textos mensagens de feministas que se dedicaram nessa empreitada<sup>64</sup>. Além disso, o jornal publicava frequentemente notícias sobre grupos formados que se dedicaram na “luta pela Anistia Ampla, Geral e irrestrita”, considerado por elas uma das bandeiras mais importantes para a democracia “de nosso país”, que “começa a emergir no cenário político, assumindo cada vez mais um lugar de destaque”<sup>66</sup>.

### *O Nós Mulheres na luta pela emancipação da Mulher*

Para além da luta contra a ditadura civil-militar, as feministas do *Nós Mulheres* também encetaram uma grande campanha em prol da emancipação da mulher. Essa busca pelo processo emancipatório se dava por meio da publicação de artigos que traziam em seu bojo informações sobre temas que diziam respeito ao interesse feminino. Para fins deste

---

<sup>62</sup> *Nós Mulheres*, n. 8, jun/jul, 1978, p. 4, “E Deus com isso?”.

<sup>63</sup> Ver: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>64</sup> *Nós Mulheres*, n. 3, nov/dez, 1976, p. 10, “Terezinha Zerbini – Anistia”. Nessa edição, por exemplo, o jornal publicou uma entrevista com Terezinha Zerbini, líder do Movimento Feminino pela Anistia, que fala sobre a luta das mulheres nesse movimento.

<sup>65</sup> Ver também as seguintes edições que também tratam sobre anistia: *Nós Mulheres*, n. 8, jun/jul, 1978, p. 6-8.

<sup>66</sup> Ainda de acordo com este artigo: “(...) A luta pela anistia no Brasil deu um novo passo no dia 14 de fevereiro, quando no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro foi lançado o Comitê Brasileiro pela Anistia” (...) *Nós Mulheres*, n. 7, março, 1978, p. 7, “Notas – Pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”.

trabalho, selecionamos alguns desses temas, sendo eles: o direito à creche, violência doméstica, a mulher no mercado de trabalho, sexualidade e finalmente maternidade.

Um tema considerado como preponderante para a emancipação feminina, e que aparentemente não apresentava muita relevância, foi o direito à creche. Entretanto, este direito foi tratado com bastante delicadeza pelas feministas, na medida em que a creche concedia às mulheres um período de ócio para que pudessem realizar algumas atividades, como estudar, trabalhar, entre outras. Por outro lado, as colunistas defendiam que tais lugares não deveriam destinar-se unicamente à guarda de seus filhos durante o horário de trabalho de suas mães, mas deveriam, também, “contribuir para desenvolver as potencialidades das crianças, se quiserem preencher sua função de prepara-los para um bom desempenho escolar futuro”<sup>67</sup>.

Outro tema muito explorado no *Nós Mulheres* foi a mulher no mercado de trabalho. Os artigos que trataram sobre este assunto, além de concederem espaços para que as trabalhadoras se fizessem presentes, abordaram algumas problemáticas surgidas no âmbito da relação trabalhista, como: jornada irregulares das empregadas domésticas, a dupla jornada (dona de casa X emprego), discrepância salarial entre homens e mulheres.

Na edição de julho de 1976, em artigo intitulado “Na casa dos outros”, as editoras fizeram uma reportagem realizando uma cobertura sobre mulheres que migraram para os centros urbanos do país para trabalharem em residências de famílias geralmente pertencentes à classe média, e ali se estabeleciam como local de moradia e trabalho, realizando atividades de arrumadeiras, cozinheiras, lavadeiras e babás. Muitas das quais, inclusive, não possuíam um horário fixo de “trabalho, dormem num quarto de despejo, cortados de seu meio social, sem, entretanto, pertencer aquele no qual vivem durante seis dias por semana, e ganhando um salário arbitrário”. Diante dessa situação, sem chance de realizar o retorno para a região de origem, e não tendo para onde ir em uma cidade grande, muitas acabavam se submetendo a um sistema quase que prisional, no dizer das colunistas, como no seguinte relato

(...) Quando eu vim ela prometeu me levar na casa do irmão, que morava em Osasco. Mas passaram 28 dias e nada. Até que um dia eu comecei a chorar e lembrei ela da promessa, aí ela me levou. Cheguei lá e falei tudo pra ele, na frente dela: que eu não estava gostando e queria voltar. Ele falou que não dava, que eu tinha que me acostumar. Eu não queria continuar com a dona Maria. Ela não era fácil, nenhuma empregada parava na casa dela. A gente

---

<sup>67</sup> *Nós Mulheres*, n. 2, set/out, 1976, p. 10, “Creche – Com quem deixar nossos filhos”. Ver também as seguintes edições que também tratam sobre direito a creche: *Nós Mulheres*, n. 6, ago/set, 1977, p. 11, “Mais uma vez: creche”.

não podia ir no portão (...). **Eu era uma prisioneira** (grifos no original, sic)<sup>68</sup>.

Casos de trabalhadoras formais e operárias também foram noticiados pelo jornal. Por exemplo o caso “Olga, tecelã durante 22 anos, agora afastada do trabalho em consequência das próprias condições de seu trabalho, casada”, concede entrevista ao *Nós Mulheres* falando de “sua experiência como mulher trabalhadora e dona de casa”.

Ao longo da entrevista, Olga, uma “mulher comum”, critica a questão do peso da dupla jornada, da injusta divisão de tarefas domésticas com o seu cônjuge, a diferença salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma atividade no trabalho, defende o movimento feminista e ressalta a incompreensão pelo senso comum, e ainda questiona a falta de interesses de suas semelhantes nas causas sociais, exigindo delas maior participação na “vida social do país”:

-Puxa vida! Vou te dizer! O trabalho mais desgraçado que existe – eu sempre trabalhei em fábrica e trabalhei na enxada – mas eu acho que o pior de tudo é ser dona de casa.

(...)

Esse negócio de subir acima dos homens como muita gente se entusiasma, eu sou contra, eu acho que nós devemos lutar ombro a ombro. Ninguém subir nas costas de ninguém.

(...)

Os homens acham que as mulheres têm que ganhar menos, podem ganhar menos. (...) Nós pagamos a mesma condução, o arroz que comemos é o mesmo preço do dos maridos e a carne é a mesma coisa, mas não sei porque temos que ganhar menos do que eles francamente. (...) A maioria entende errado o movimento feminista. A maioria entende que o movimento feminino é gostar de outra mulher. Então tá todo mundo indo pra trás. É lógico, aí até eu ia pra trás. (...) Os homens se unem para lutar por dinheiro as mulheres não se unem nem por dinheiro.

(...)

Porque eu vejo, eu vou a um baile eu danço também. Eu vou em baile e vejo um bando de mulheres animadas, cantando e dançando e eu não sei porque elas não usam essa animação também no serviço em alguma coisa mais construtiva, na participação da vida social do país. Eu acho que as mulheres deviam participar muito mais. Mas não participa quase nada. Por causa desses problemas de casa a mulher não pode participar do sindicato. Uma, que o marido não deixa. O marido brasileiro é engraçado, só deixa a mulher sair para trabalhar<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> *Nós Mulheres*, n. 1, julho, 1976, p. 7, “Na casa dos outros”).

<sup>69</sup> *Nós Mulheres*, n. 01, julho, 1976, p. 09, “Nós mulheres: operárias”). Ver também as seguintes edições que também tratam sobre a mulher inserida no mercado de trabalho: *Nós Mulheres*, n. 1, julho, 1976, p. 20; n. 2, set/out, 1976, p. 06; n. 3, nov/dez, 1976, p. 6; n. 4, mar/abr, 1977, p. 12; n. 7, março, 1978, p. 7 e 8 e n. 8, jun/jul, 1978, p. 9.

Além de dedicar atenção às trabalhadoras, o *Nós Mulheres* também noticiou eventos de violência doméstica. Na edição de julho de 1976, por exemplo, o jornal deu cobertura ao caso de Lindoneia da Silva, de 28 anos, casada, dona de casa e mãe. O episódio foi selecionado entre tantos outros, em razão de sua relevância na medida em que tratou de uma hipótese de agressão, não física, mas moral, e que se deu de forma indireta e silenciosa. Na questão em baila, Lindoneia era mulher do interior do Rio de Janeiro que se casou por pressão familiar e por receio de não encontrar outro pretendente. Por essa razão acabou aceitando o matrimônio sem ter desenvolvido sentimento pelo marido. Apesar de seu cônjuge trata-la bem, como menciona o relato, por ausência de amor, ela acabou desenvolvendo um quadro depressivo. Como consequência, foi diagnosticada como psicótico-maníaco-depressiva sendo internada em hospital psiquiátrico<sup>70</sup>.

Casos como esse possuem o condão de demonstrar a realidade em que a mulher à época (apenas à época?) era submetida. Pois uma vez casada, dependente financeiramente do marido, sem trabalho formal, e muitas vezes com filhos, o casamento se tornava uma verdadeira prisão quando este era indesejado. Além disso, nem sempre estavam permitidas a se casarem com os pretendes que almejavam, visto que a influência familiar e paterna era determinante. É por isso que um ramo do feminismo, sobretudo de caráter anárquico e libertário, defendia o amor livre, que era traduzido na possibilidade da parceira em escolher (e de romper) seu próprio marido de forma autônoma, tendo em vista os fatores amor e afinidade.

Por fim, duas outras questões eram comumente discutidas pelas feministas: a relação mulher/maternidade e a sexualidade. Em diversos artigos, as editoras defendiam que a opção de ter filhos não deveria ficar a cargo do Estado, da Igreja ou da medicina, mas faria parte unicamente do processo de escolha da mãe, e que à sociedade caberia apenas “fornecer os meios necessários para que possamos ter esses filhos em condições adequadas, e também para que possamos optar por não tê-los, se assim preferimos”<sup>71</sup>. De outra forma, publicavam matérias na tentativa de conscientizar as leitoras sobre a importância do planejamento familiar (organizar o momento ideal da vida para a gestação), e incentivavam o uso da “pílula”, meio contraceptivo à época bastante criticado pela Igreja Católica, que tinha o sexo apenas como forma de procriação<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> *Nós Mulheres*, n. 1, julho, 1976, p. 16, “violência cotidiana”.

<sup>71</sup> *Nós Mulheres*, n. 1, junho, 1976, p. 17, “Controle de natalidade ser ou não ser mãe”.

<sup>72</sup> *Nós Mulheres*, n. 6, ago/set, 1977, p. 12, “Pílulas para Milhões” e “Rumo ao planejamento familiar”.

Quanto à sexualidade, em artigo publicado entre os meses de agosto e setembro de 1977, as feministas defenderam a prática sexual como uma relação de prazer mútuo, onde este e o orgasmo deveriam se fazer presentes para ambos os parceiros. Da mesma forma, alertavam às suas leitoras que elas deveriam desconstruir a vontade sexual como sendo algo pecaminoso, cabendo conhecer o próprio corpo e encarar os prazeres do sexo com normalidade e não destinado unicamente à procriação e satisfação do marido.

(...) a sexualidade é muito mais do que isso: é uma fome inesgotável de prazeres físicos e psicológico, de enriquecimento e de ampliação da afetividade. Infelizmente, porém, nem toda as mulheres conseguem usufruir de seu corpo pois são, muitas vezes, usadas de forma brutal como objeto sexual do marido, ou então tratadas como meras máquinas de parir filhos. Quando a mulher pode dominar seu corpo, pela contracepção (evitando a gravidez), separando assim a sexualidade da procriação, um grande passo foi dado no sentido da emancipação feminina”.

(...)

Além disso, outros passos importantes precisam ser dados: é preciso destruir os preconceitos; é preciso enxergar o próprio corpo não como instrumento de prazer do outro, mas como fonte de prazer para ambos os sexos; é preciso ver que o sexo é bom, saudável e que o amor é uma das necessidades mais vitais de homens e mulheres<sup>73</sup>.

## Considerações finais

Tanto no senso comum quanto em algumas representações da teledramaturgia, a feminista é travestida de uma certa caricatura: uma mulher sem vaidade, que pretende tomar o lugar do homem, que se veste como o gênero masculino (de terno e gravata), que assume certo fanatismo pela causa, não possuidora de vontade em contrair matrimônio e ter filhos e confunde libertinagem (promiscuidade) com um estilo de vida libertário.

Apesar desta forma de representação, ao estudarmos a história do feminismo no Brasil ao longo da década de 1970, por meio das fontes produzidas pelas editoras do jornal *Nós Mulheres*, essa imagem caricata vai se descortinando e em seu lugar emerge um indivíduo, mas especificamente uma mulher, produtora e sujeito históricos, capaz de imprimir uma resistência contra os regramentos sociais estabelecidos por instituições burguesas, autoritárias e religiosas, que sobretudo pretendem exercer o controle sobre o corpo feminino, como muito bem salientou Michel Foucault.

Neste sentido, esta pesquisa permitiu compreender como as feministas do *Nós Mulheres*, em seus textos, tentaram estabelecer um processo de conscientização de suas

---

<sup>73</sup> *Nós Mulheres*, n. 6, ago/set, 1977, p. 13, “Sexo: pecados para as mulheres”.

leitoras na luta contra a ditadura iniciada em 1964 e, do mesmo modo, na importância das demandas emancipatórias das mulheres.